



câmara municipal MIRANDA DO CORVO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO, REALIZADA DIA 31 DE OUTUBRO DE 2014

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, na vila de Miranda do Corvo, pelas catorze horas e trinta minutos, no edifício dos Paços do Município de Miranda do Corvo, reuniu a Câmara Municipal de Miranda do Corvo. -----

Estavam presentes, o Presidente António Miguel Costa Baptista e os Vereadores Ana Maria Santos Marreco e Rosa de Gouveia, Célia Maria da Conceição Mateus, Rui António Fernandes Dias Reis Godinho, Rita Alexandra Caetano dos Santos, Rita Teresa Amado Ferreira e Filipe Nuno Carvalho Rosa. -----

O Presidente da Câmara António Miguel Costa Baptista, deu início à sessão, começando por cumprimentar todos os presentes. -----

O Senhor Presidente antes de entrar na Ordem de Trabalhos deixou uma nota inicial. Referiu que atendendo à nova legislação os documentos previsionais devem ser aprovados até 31 de outubro para depois serem submetidos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de modo a que em novembro possam ser objeto de agendamento e deliberação na Assembleia Municipal. Esclareceu que são prazos novos, mais exigentes e por essa razão, não só no Município de Miranda, como na maioria das câmaras municipais do distrito tem havido reuniões extraordinárias para o efeito, e por isso as reuniões estão a ocorrer por todas as câmaras vizinhas. -----

Explicou que por esta razão tinha sido humanamente impossível responder favoravelmente ao pedido do Senhor Vereador Sérgio Seco para antecipar a reunião, pois não podia estar presente e pediu aos vereadores da Coligação para lhe transmitirem esta justificação. -----

PROPOSTAS E OUTRAS DELIBERAÇÕES -----

Lançamento da Taxa da Derrama a cobrar no ano de 2015 -----

“PROPOSTA Nº 41/P/2014 -----

LANÇAMENTO DA DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2015 -----

Considerando que: -----

O Regime Financeiro das Autarquias Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro), na sua alínea b) do artigo 14º, consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais; -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Artigo 18.º da mesma Lei define os termos do lançamento da derrama, de que se destaca: -----

a) Que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território; -----

b) Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000; -----

c) Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara e nos termos do art. 16.º, conceder isenções totais ou parciais, relativamente a impostos e outros tributos próprios, fixando o âmbito da isenção. -----

A comunicação da presente deliberação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) terá de ser efetuada até ao próximo dia 31 de dezembro, uma vez que sendo recebida para além desse prazo, não há lugar à liquidação e cobrança da derrama, conforme os n.ºs 9 e 10 do artigo 18.º Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro; -----

São expressas as particulares dificuldades que, num vincado quadro de economia global e ante o ambiente conjuntural desfavorável, se abatem sobre as pequenas empresas de génese familiar, do comércio tradicional das artes e ofícios vários; -----

O Município de Miranda do Corvo mantém o compromisso com o tecido económico de manter no curto e médio prazo medidas de incentivo à instalação de novas empresas e criação de novos postos de trabalho, aplicando a totalidade da receita da derrama na aposta no empreendedorismo, no apoio ao investimento empresarial e na criação de novos postos de trabalho. -----

Tenho a honra de propor que, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º I do Artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º I do Artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, esta Câmara delibere solicitar à Assembleia Municipal: -----

Primeiro: -----

a) Isentar de derrama durante 3 anos as empresas com sede social no Concelho que aumentem o número total de postos de trabalho no número mínimo de 5 trabalhadores; -----



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

b) A manutenção de isenção nos anos subsequentes depende da conservação do mínimo de postos de trabalho previstos na alínea anterior; -----

c) As empresas deverão solicitar à Câmara Municipal a isenção até ao dia 15 de Dezembro do ano em curso. -----

Segundo: A fixação da taxa de derrama reduzida de apenas 0,5% para os sujeitos passivos com um volume de negócios até €150.000. -----

Terceiro: A fixação da taxa de derrama a cobrar no ano de 2015, no valor de 1,5%.

Paços do Município de Miranda do Corvo, 28 de Outubro de 2014 -----

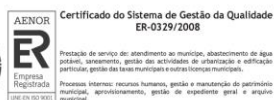
O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a).” -----

O Senhor Presidente começou por apresentar a proposta que foi submetida de Lançamento da Taxa de Derrama a cobrar no ano de 2015, resumindo os principais pontos da proposta. Referiu que o primeiro ponto engloba uma inovação em relação à proposta apresentada no ano anterior, na medida em que propõe que se isente de derrama durante três anos consecutivos as empresas com sede social no concelho que aumentem o número total de postos de trabalho em pelo menos cinco trabalhadores. Esclareceu que com isto, além de isentar de derrama as empresas novas, também se isentam as empresas existentes que criem cinco novos postos de trabalho. Referiu que pensa que será um grande incentivo à criação de postos de trabalho para as empresas que fazem esse esforço no tempo de crise que se vivem. -----

Referiu também que a manutenção nos anos seguintes estará dependente de manter o número de postos de trabalho. -----

Explicou ainda o procedimento referindo que as empresas deverão solicitar à Câmara Municipal a isenção até ao dia 15 de dezembro do ano em curso através de formulários a desenvolver pelos serviços e apresentando os documentos necessários à devida comprovação da criação de postos de trabalho, para que a Câmara, em tempo útil, possa comunicar às Finanças quais as empresas que estarão isentas. -----

Referiu ainda outro ponto que foi alterado: a taxa de derrama reduzida, explicando que no ano anterior a taxa de derrama reduzida era de 0,75 % e que este ano irá baixar para 0,5% para as empresas em que é possível a isenção, ou seja que tenham um volume de negócios até 150 mil euros. Disse que se trata de uma taxa reduzida com um impacto muito baixo e que poderá ser equacionado que no próximo ano, em função das receitas da derrama desagregadas, se possa vir a justificar mesmo a isenção total para este volume de negócios. --





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Declarou que nos restantes casos a proposta é que se mantenha a taxa de derrama de 1,5%. -----

Referiu que depois desta breve apresentação lançava à discussão a proposta aos elementos deste órgão. -----

O Senhor Presidente deu a palavra à Vereadora Rita Santos que informou, relativamente a esta proposta da derrama, que os vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP tinham uma contra proposta a fazer, à semelhança daquilo que tinha sido feito pela Coligação no ano passado. -----

Referiu que antes de passar a discutir a proposta tinham alguns esclarecimentos a solicitar ao Senhor Presidente sobre a leitura da proposta. Questionou o Senhor Presidente sobre a isenção das novas empresas e empresas existentes que criem cinco postos de trabalho, isto a partir de 2015. Questionou também a metodologia proposta na alínea c), que julga que não irá funcionar assim tão bem, dependendo do entendimento que se tiver nesta matéria e que não está bem explicitado na proposta. Referiu também que vai baixar a taxa para 0,5, em comparação com 0,75 do ano passado, mas obviamente que esta taxa já tinha sido repudiada por esta bancada e que tinha sido proposta pela bancada do Senhor Presidente. Referiu também que a isenção, quando fala na fixação da taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios até 150 mil euros, será uma boa medida. -----

De seguida apresentou a proposta da bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP relativamente ao lançamento da derrama a cobrar no ano de 2015: -----

“PROPOSTA-----

Bancada da Coligação PPD-PSD / CDS-PP-----

LANÇAMENTO DA DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2015 -----

Consideramos que o Município de Miranda do Corvo pode e deve saber aproveitar a sua situação económica numa época em que tanto se houve falar de crise. -----

Miranda do Corvo é um dos Municípios cuja saudável situação financeira não deve ser desvalorizada nem deve ser alvo do laxismo e da política fácil. -----

Por isso entendemos que Miranda tem reunidos uma série de fatores que lhe permitirão ser um concelho competitivo e um pólo atrativo para novas empresas. -----

Para isso, torna-se importante o desenvolvimento de políticas condizentes com tal desiderato, circunstância que, do que podemos observar da proposta apresentada pelo Senhor Presidente, não vai acontecer, e isto porque: -----



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

-definir uma taxa de 0.5% a título de taxa de derrama a aplicar a empresas com um volume de negócios até 150.000,00€, fixando uma taxa para os restantes casos, de 1,5% ou isentar do imposto as empresas, com sede social no concelho que aumentem o número total de postos de trabalho no número mínimo de 5 trabalhadores, não nos parece constituir uma proposta séria, capaz de evidenciar qualquer tipo de competitividade. O mercado atual, os impostos exagerados, a interioridade e a pouca procura, não comportam uma política de desenvolvimento local assente nestas premissas, por isso, a Bancada da Coligação PPD-PSD / CDS-PP -----

PROPÕE: -----

-A isenção da taxa de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios até 150.000,00€;-----

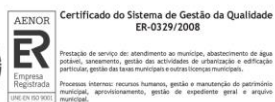
-A isenção de taxa para empresas com sede no concelho e que criem, em 2015, 3 postos de trabalho, pelo menos durante três anos; -----

-Afiação de taxa de 1% para sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 150.000,00€-----

Os Vereadores da Coligação PPD-PSD / CDS-PP "Miranda Não Pode Parar", Rita Santos, Nuno Rosa, Célia Mateus.(a)" -----

O Senhor Presidente esclareceu que a taxa de derrama a lançar e que será cobrada em 2015, depende da execução das contas das empresas de 2014. Mais referiu que as empresas que vierem a solicitar a isenção ainda este ano, até 15 de dezembro, e que criaram cinco novos postos de trabalho, ou seja, a empresa que tivesse a 31 de dezembro de 2013, por exemplo, vinte trabalhadores e que hoje tenha vinte e cinco e que o comprove entregando os respetivos documentos, para o ano que vem não irá pagar derrama e nos anos seguintes também não irá pagar se mantiverem os postos de trabalho. Esclareceu que uma empresa que criou cinco postos de trabalho, onde entretanto saíram três trabalhadores, na prática só criou dois e essa não terá isenção. Referiu que por isso a proposta da bancada PPD-PSD/CDS-PP para o ano 2015 já está refletida na proposta do executivo uma vez que é para continuar nos anos seguintes. Mais esclareceu que no próximo ano deverá ser aprovada uma nova proposta de lançamento de derrama, tendo por base os postos de trabalho do ano seguinte e tendo em conta a realidade do ano de 2015. -----

O Senhor Presidente declarou, conjuntamente com os seus pares, não concordar com aquilo que a Senhora Vereadora Rita Santos disse, mostrando-se disponível para (por pensar que também concordam com o diagnóstico que está na proposta), embora mantendo a taxa





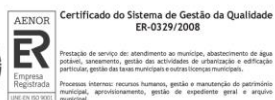
câmara municipal MIRANDA DO CORVO

de 1,5% para as empresas com volume de negócios superior a 150 mil euros e que não criem postos de trabalho, alterar o ponto 2 de aplicar uma taxa de derrama de zero até 150 mil euros, passando o segundo ponto a ter a seguinte redação: “a fixação da taxa de derrama reduzida de 0% para os sujeitos passivos com volume de negócios até 150 mil euros”. -----

A Vereadora Rita Santos interveio para explicar a razão por que a bancada do PSD/PPD-CDS/PP defendia o número de três trabalhadores em vez de cinco referindo que o concelho é dotado prioritariamente de PME'S e que o período que se atravessa é de crise. Por esses motivos, seria mais realista a criação de três postos de trabalho em vez dos cinco, considerando que se trataria de criação de postos de trabalho efetivos e não programas do Instituto de Emprego. -----

O Senhor Vereador Nuno Rosa referiu que é importante para os empresários virem investir no concelho de Miranda do Corvo e que quantos mais empresários e mais empresas houver, mais postos de trabalho podem ser criados. Referiu que dentro da política que o executivo está a propor e que é boa, pensa que não é fácil criar mais postos de trabalho. Referiu que há mesmo a tendência das empresas em reduzir os postos de trabalho, e dentro da vossa estratégia ao criar a situação dos três postos de trabalho, poderia ser uma situação benéfica, até como atração para os empresários. -----

O Senhor Presidente usou da palavra para esclarecer que no ano anterior tinham deliberado pelos cinco trabalhadores, mas referiu que o reduzir para quatro nesta altura seria razoável. Assim referiu que na alínea a) do primeiro ponto se poderia passar para quatro trabalhadores. Mais declarou que sobre a proposta feita há pouco da isenção de pagamento de derrama, terá que ficar deliberado que antes de submeter esta proposta à Assembleia Municipal, nos termos da lei, terá que ser feito um estudo de impacto fiscal para acompanhar a proposta a submeter à Assembleia. Propôs assim, que a proposta apresentada e tendo todos concordado com o articulado nessa proposta, que na alínea a), primeiro ponto passe de cinco para quatro trabalhadores, que a restante redação da alínea b) e c) se mantivesse, sendo que na alínea c) vai ter que haver mecanismos de verificação criados pela Divisão Administrativa e Financeira, nos termos da lei. Referiu também que o segundo ponto, a fixação da taxa de derrama reduzida de 0%, ou seja, de isenção para sujeitos passivos com volume de negócios até 150 mil euros, e o terceiro ponto seria mantido como está. Declarou pensar que assim será uma solução de consenso, que acautela os interesses dos nossos empresários, sem colocar em causa a sustentabilidade financeira do Município, e da necessidade de estas receitas serem investidas na área da criação de emprego e de apoio às empresas. Informou





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

que a receita que já existe este ano, que em pouco excede a do ano anterior, vai ser usada em algumas obras em que os estudos já estão adjudicados ou em vias de serem adjudicados. Referiu haver intervenções necessárias para fazer na zona industrial de Lamas. Informou que já foi feita uma intervenção na zona industrial de Vale Marelo, já há algum investimento nesta área, mas reconheceu que este ano não se vai gastar todo o dinheiro. Mais referiu que as contas irão ser apresentadas, e comprometeu-se a que a verba proveniente da derrama seja sempre totalmente aplicada na área do apoio às empresas e essa receita para este executivo é sagrada, terá que ser toda canalizada para a área de apoio às empresas, para a realização de obras nos parques industriais. Salientou ainda que temos necessidade de investir muito mais do que a receita que a derrama nos proporciona. -----

O Senhor Presidente declarou que se todos concordam passava-se a ter uma proposta reformulada, na alínea a) do primeiro ponto, a isenção da derrama por três anos para as empresas com sede social no concelho passará a ficar dependente da criação de quatro postos de trabalho; no ponto dois em vez da aplicação de taxa reduzida, passará a constar a isenção para empresas com um volume de negócios até 150 mil euros e o terceiro ponto manter-se-á em 1,5%. Ressalvou que terá que ser presente a uma próxima sessão de câmara o estudo do impacto fiscal destas isenções que irá acompanhar a proposta que será submetida à Assembleia Municipal para apreciação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade, a proposta apresentada reformulada, ficando a aprovação da isenção, por três anos, das empresas que façam prova da criação dos 4 postos de trabalho e a isenção da derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que no ano anterior não ultrapasse 150 mil euros dependente da junção com a estimativa da despesa fiscal num momento anterior ao seu envio à Assembleia Municipal. -----

Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS a vigorar em 2015 -----

“PROPOSTA Nº 42/P/2014 -----

FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A VIGORAR EM 2015 -----

Considerando que: -----

Nos termos do nº 1 do artigo 26º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS; -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos, recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Na ausência de deliberação ou de comunicação por parte do município, de acordo com o previsto no nº 3 do artigo 26º da referida Lei, o município tem direito ao máximo de 5% na participação variável no Imposto no IRS; -----

O município assumiu compromissos significativos para os próximos anos, nomeadamente o apoio à construção do Hospital dos Vales do Ceira e Dueça e apoio à construção de lares por parte de IPSS's do concelho, e terá ainda em 2015 e nos anos seguintes uma contribuição extraordinária obrigatória para o Fundo de Apoio Municipal, criado nos termos do art. 62º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, que se fixará no valor de €394.202,69 o que obrigará o município a encontrar também soluções extraordinárias de financiamento; -----

As colectividades desportivas e culturais do concelho vivem momentos de asfixia financeira, correndo o sério e imediato risco de se verem obrigadas a encerrar portas, o que constituiria uma perda irreparável para a vida associativa do município. Pelo que, no orçamento para o ano de 2015 será necessário reforçar consideravelmente a verba a transferir para estas colectividades; -----

O património religioso concelhio necessita de profundas obras de reabilitação, estando pendentes diversos pedidos por parte das comissões fabriqueiras para reabilitação de igrejas e capelas, bem como para a construção e reabilitação de casas mortuárias. É necessário reforçar também esta verba de forma a responder às solicitações das várias Fábricas da Igreja; -----

Existem ainda muitas situações de emergência social no nosso concelho e que urge continuar a resolver através do Fundo de Emergência Social a incluir nos Documentos Provisoriais de 2015. -----

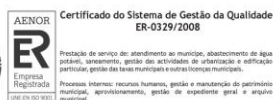
Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

a) Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 14º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, aprove a fixação do percentual de 5,0 % relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigiar no ano de 2015. -----

b) Aprovar a afectação da receita proveniente da participação do Município no IRS nos seguintes termos: -----

- €35.000 para o reforço do apoio às colectividades desportivas e culturais; -----

- €30.000 para o reforço do apoio às comissões fabriqueiras; -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

- €50.000 para o Fundo de Emergência Social. -----

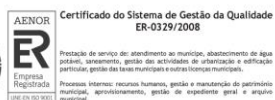
Paços do Município de Miranda do Corvo, 28 de Outubro de 2014 -----

O Presidente da Câmara Municipal, António Miguel Costa Baptista (a).”-----

O Senhor Presidente recordou que a fixação da participação variável no IRS a vigorar em 2015, também terá que ser validada na Assembleia Municipal. Lembrou que no âmbito da antiga lei das finanças locais não era obrigatório, ou seja, as Câmaras Municipais onde tal não fosse deliberado sujeitavam-se à solução da Administração Central que era cobrar o máximo de 5% e as Câmaras obtinham essa receita se não comunicassem a sua decisão. Referiu que com a mudança da lei, uma Câmara que não comunique a sua decisão, o valor a cobrar é zero. Informou que o Município tem necessidade de cobrar e por isso tem de ser deliberado sobre a fixação da participação variável no IRS, alertando que em termos de receita para 2015, esta tem por base a deliberação que tivemos aqui há um ano atrás. Informou que a presente proposta só irá ter efeitos práticos em termos de receita em 2016 (em termos de orçamento). Mais referiu que é preciso ser feito algo, porque há necessidades urgentes para satisfazer algumas despesas e que justificam a proposta aqui apresentada. -----

Informou que depois do enquadramento de ordem legal em termos de fixação da participação variável no IRS, temos a necessidade de contribuir para o (FAM) Fundo de Apoio Municipal que corresponde a um valor de 394 mil euros a distribuir por sete anos, o que corresponde a um valor de mais de 56 mil por ano. Referiu a situação muito delicada, principalmente nas coletividades desportivas do concelho, em que há a necessidade de reforçar os apoios para que se consigam manter vivas, não só as desportivas, mas também as culturais. Referiu também as muitas solicitações feitas pelas Fábricas da Igreja, porque há muitas capelas e igrejas para reabilitar e que apesar de já terem sido concedidos alguns apoios, há muitos mais em lista de espera, nomeadamente equipamentos sociais importantes, como por exemplo as casas mortuárias do concelho. Lembrou também que o que esteve na base da deliberação do ano passado, foi canalizar boa parte da receita relativa à participação variável no IRS para o Fundo de Emergência Social. -----

Declarou achar que se deve acautelar tudo isto para o futuro, tendo que se fazer um notável esforço financeiro para poder reforçar estes apoios no próximo ano. Mais informou que o que se pretende é que a receita em 2016 já acautele todas as necessidades de reforço, caso contrário, a Câmara ficará numa situação financeira difícil. Explicou que a Câmara tem compromissos assumidos para a construção de alguns equipamentos na área social e cuja





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

concretização desses apoios está essencialmente prevista, não só para o ano que vem mas em maior dimensão em 2016. -----

Declarou que por isso o executivo se vê na necessidade de fixar a participação variável no IRS no percentual máximo, ou seja, de 5% e que a afetação da receita, já no ano que vem, se faça do modo a seguir exposto: além dos 50 mil euros para o Fundo de Emergência, será reforçado em 35 mil euros a dotação para apoio às coletividades desportivas e culturais, em relação à dotação inicial que existia para 2014, e em 30 mil euros para reforço do apoio às comissões fabriqueiras, em relação a 2014. Referiu que estes 30 mais 35 mil euros correspondem, tendo em conta os valores previstos na proposta de lei do orçamento de estado para 2015, ao aumento de 1% na participação variável do IRS de 4 para 5%. -----

A Vereadora Rita Santos declarou que foi com algum espanto que receberam esta proposta. Referiu que a ação social, o apoio ao Fundo de Apoio Municipal, o apoio às coletividades desportivas e culturais, o apoio à recuperação do património religioso concelhio, são matérias que merecem da parte da bancada do PSD/CDS todo o respeito. Declarou que são favoráveis a que as coletividades desportivas tenham apoio, que são favoráveis ao Fundo de Apoio Municipal mas olhando para o valor proposto de 5%, o máximo que os Municípios podem ir buscar, concluiu-se que o que o executivo vai fazer é ir buscar às pessoas singulares, às famílias, para ajudar depois nas áreas referidas. Lembrou que já nos anteriores executivos eram efetuados estes apoios para as coletividades, que contribuíram para a construção de lares, mas com outro tipo de postura, não indo tanto ao bolso das famílias Mirandenses. Alegou que em termos de concelho, Miranda está a ficar numa situação em que as pessoas já pensam duas vezes em vir para cá: referindo o contratempo do comboio embora agora se tenha a autoestrada, e outros contratempos. Mais referiu que Miranda precisa de um fluxo de gente nova, de novas famílias. Referiu que estas taxas tão graves não refletem aquilo que deveria ser o incentivo para atrair novas famílias para Miranda e lembrou ainda que o Senhor Presidente tem mantido o apoio à natalidade, mas sem pessoas a virem para o concelho, isso não servirá de muito. Referiu que os elementos da bancada do PSD/CDS esperavam que o Senhor Presidente fosse mais sensível sobre esta matéria e pudesse vir a reduzir esta taxa para não agravar tanto a situação económica das famílias. -----

O Senhor Presidente referiu a sua não concordância, em grande parte, com o que foi dito pela Senhora Vereadora. Ressaltou que os executivos anteriores apoiaram a construção de lares e de outros equipamentos sociais, mas foi sempre com uma participação variável no IRS máxima de 5%. Referiu que a única vez que a participação variável no IRS baixou para 4%,



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

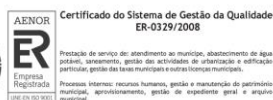
foi aprovada em dezembro de 2012 e teve efeitos práticos em 2014, ou seja, basicamente acabou por condicionar o início do mandato deste executivo. Ao longo de anos e anos, sempre estiveram nos 5%, enquanto a lei conferiu esse direito. -----

Recordou também compromissos muito relevantes assumidos na área social. Referiu ainda que não deixa de ser menos importante o aspeto de a participação variável no IRS ter implicações sobretudo nas pessoas que têm grandes rendimentos, porque quem paga pouco IRS, quem tem salário mínimo nacional, quem tem baixos rendimentos, a diferença entre os 4 e os 5 % é residual. Mais referiu que afetando quem tem grandes rendimentos, a esses 1% pode fazer diferença em termos do IRS que pagam a mais ou do reembolso que teriam a receber. Mais referiu considerar ser esta uma proposta justa e tem o mérito de ser canalizado para o reforço do apoio às coletividades desportivas e culturais e para o apoio às comissões fabriqueiras. Concluiu referindo que a manter-se a taxa nos 4%, então teria que se manter a dotação para as coletividades desportivas e culturais e para as comissões fabriqueiras do ano de 2014 para o ano de 2015, sendo esta a única hipótese de manter os 4%, ou seja, não poder reforçar o apoio às coletividades desportivas e culturais e às comissões fabriqueiras. -----

O Senhor Vereador Nuno Rosa referiu compreender a preocupação que o Senhor Presidente tem com as fabriqueiras e com as coletividades (referiu estar inserido em algumas e por isso saber dessas dificuldades e da grande luta para se obter fundos financeiros), mas referiu que as pessoas já lutam com grandes dificuldades, que em muitas famílias só uma pessoa trabalha e noutras estão as duas desempregadas e por muito respeito que se tenha pelas coletividades e outras instituições, referindo que o tem, e embora o Senhor Presidente tenha referido que quem recebe mais é que vai ser mais afetado, quem ganha menos também vai notar alguma coisa. Continuou referindo que não acha justo que sejam as pessoas com todas as dificuldades que já têm, a levar com mais 1% de encargos, quando se calhar a política deveria ser o oposto, era reduzir impostos às pessoas, quando já têm o governo a sobrecarregar as pessoas com impostos. -----

O Senhor Presidente esclareceu que quem está desempregado não tem rendimentos, não paga IRS, esta proposta só vai ter impacto para quem tem altos rendimentos, por exemplo, um casal que tenha rendimentos de 1000 euros, não tem qualquer impacto, porque praticamente não pagam IRS, mas para quem paga 20 ou 30 mil euros de IRS, para esses já terá impacto, portanto, será uma proposta justa. -----

O Senhor Vereador Nuno Rosa alegou então que no concelho existirão pessoas que ganham muito dinheiro. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O Senhor Presidente contrapôs dizendo que estão em causa pessoas com altos rendimentos, que irão pagar mais 1%, o que é uma medida justa. -----

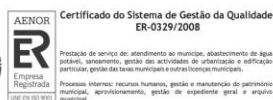
O Senhor Vereador Nuno Rosa declarou que fica satisfeito com o aumento que vai propor, porque é sinal que no concelho existem pessoas com altos rendimentos, mas em consciência continuou a referir a não concordância por este aumento de imposto que vai recair sobre as pessoas individuais. Referiu que manter a taxa do ano anterior faria todo o sentido. -----

O Senhor Presidente lembrou que houve uma decisão tomada pelo executivo que foi particularmente relevante para as famílias, para casais que estão desempregados, para famílias com dificuldades financeiras, mas que têm património, têm a sua casa e pagam IMI; o executivo fixou o IMI na taxa mínima possível de 0,3%, e porque não se pode ir mais abaixo. Referiu que quase todos os concelhos vizinhos estão com a taxa de 0,4%, 0,5%, e no que toca à participação variável no IRS, quase todos os concelhos estão nos 5%, incluindo aqueles que têm IMI no máximo de 0,5%. Referiu que o executivo teve essa particular preocupação no IMI, para quem tem a sua residência própria, mas está a viver situações difíceis, o executivo decidiu pelo mínimo possível. -----

O Senhor Presidente alegou que com esta proposta iremos ter uma receita adicional de 65 mil euros e que só virá em 2016 e vão ser afetadas sobretudo as pessoas com rendimentos mais elevados, porque as pessoas com baixos rendimentos não vão sentir qualquer impacto. -----

A Vereadora Rita Santos interveio para referir que tinha ouvido atentamente o que tinha sido dito, e daí concluir que o Senhor Presidente estaria disposto a baixar em 1%, se relativamente aos apoios às coletividades e às comissões fabriqueiras este apoio se mantiver nos montantes de 2014. Tendo o Senhor Presidente referido que se trata de uma questão residual, a bancada do PSD/CDS não crê que este tipo de contra posição ou quase de chantagem funcione. Mais referiu que se trata de uma proposta do Senhor Presidente, e que a bancada da oposição terá a sua postura e será essa posição que irá refletir aqui em declaração de voto. Referiu que não será um aumento de 1% que vai trazer o equilíbrio que o Senhor Presidente defendeu para justificar os 5%, e não os 4%. -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria a proposta n.º 42/P/2014, sobre a fixação variável no IRS a vigorar em 2015, com três votos contra dos Vereadores do PSD-CDS/PP Miranda Não Pode Parar e quatro votos a favor dos Vereadores do PS e do Senhor Presidente. -





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

A Vereadora Célia Mateus apresentou a seguinte declaração de Voto pela Bancada da Coligação PPD-PSD / CDS-PP:-----

“FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS A VIGORAR EM 2015 -----

O aumento da competitividade concelhia que poderia ser um mote para trazer mais famílias e mais empresas ao concelho acaba, com mais esta proposta do Senhor Presidente, por ter o efeito inverso, numa altura em que ao invés de baixar os impostos para atrair mais pessoas ao concelho - porque tem uma situação financeira mais favorável - ainda por cima numa altura em que os constrangimentos da falta do comboio são, em alguma medida, contrabalançados com uma autoestrada em Miranda. De nada servem as acessibilidades assim, Senhor Presidente. -----

O Município de Miranda do Corvo tem, hoje ainda, uma das melhores situações financeiras do país. É um facto público e notório, publicitado nos mais variados meios, de onde se destacam relatórios da ANMP e outros de elevado prestígio. -----

A criação do Fundo de Apoio Municipal foi, aliás, aprovada também pela Associação Nacional de Municípios, sendo que, o valor a que o Senhor Presidente se refere será para liquidar em sete anos, o que significa que o Município de Miranda do Corvo terá que despende de cerca de €56.000,00€ por ano. Este Fundo reveste uma importância elevada, porquanto permite que os Municípios com melhor situação financeira possam contribuir para ajudar outros em pior situação. Este pressuposto de entreaajuda institucional é, por nós, de salutar. -----

De salutar também é a preocupação deste executivo com o Fundo de Emergência Social. -----

Igualmente importante é o apoio às coletividades. -----

O que não pode suceder é que o Senhor Presidente tire dinheiro às famílias com a desculpa de precisar dele para ajudar as coletividades. -----

Votamos CONTRA esta forma de gestão, porque as famílias estão a viver tempos muito difíceis, com muita sobrecarga fiscal, com reduções nos vencimentos. Viram o IVA aumentar nos últimos anos. -----

Mas não somos irresponsáveis, porque sabemos, por exemplo, que os bens patrimoniais foram reavaliados, o que significa que as famílias se viram também obrigadas a pagar valores muito superiores a título do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

Por essa razão, já anteriormente o valor foi fixado em 4%, com tendência decrescente. -----



AENOR Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Empresas Registradas
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Verificamos que o Senhor Presidente quer voltar a obrigar à taxa máxima de IRS, no montante de 5%, colocando aqui como desculpa que essa verba que vai tirar às famílias vai servir para reforçar o apoio a algumas coletividades e o Fundo de Emergência. -----

Concordamos com o reforço do Fundo de Emergência Social e aceitamos que dê mais apoio às coletividades. Mas o que não pode é fazê-lo à custa das famílias de Miranda. -----

O Senhor Presidente deve diminuir a estrutura de custos correntes de forma a, com essa diminuição, poder apoiar as famílias, e não o contrário. -----

Esta situação ainda se torna mais grave uma vez que o Município se encontra ainda numa situação financeira estável. O Senhor Presidente não pode, por incúria aparente, limitar-se a orientar a gestão do dia-a-dia do Município sem aumentar o financiamento, fazendo o que é mais fácil, e que tanto critica, que é aumentar os impostos das Famílias Mirandenses. -----

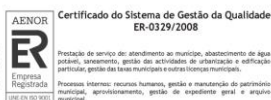
Os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP "Miranda Não Pode Parar", Rita Santos, Célia Mateus, Nuno Rosa (a). -----

O Senhor Presidente interveio para pedir mais contenção nos termos utilizados, porque ser acusado de incúria está fora do léxico desta Câmara Municipal e é algo que pessoalmente nunca fez e nunca fará. Referiu que a proposta feita por este executivo foi feita com total sentido de responsabilidade. Reafirmou que estão a passar a ideia de que é algo que incide sobre as famílias com dificuldades, quando é exatamente o contrário: a decisão incide essencialmente sobre aqueles que têm grandes rendimentos e não sobre as pessoas que estão a atravessar dificuldades. -----

Orçamento e Grandes Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2015. -----

O Senhor Presidente começou por fazer um agradecimento a todos os colaboradores da autarquia que se empenharam a fundo para que esta proposta de orçamento para 2015 estivesse finalizada dentro dos prazos legais, e salientou a qualidade do trabalho desenvolvido e o empenho tido na elaboração dos documentos. -----

De seguida, o Senhor Presidente informou que o documento é constituído por várias peças, pelo orçamento, pelo resumo do orçamento, pelas grandes opções do plano, o Plano Plurianual de Investimentos e ações mais relevantes, por uma proposta (à semelhança de outras Câmaras Municipais fazem) que já acompanha a proposta do orçamento que tem a ver com a autorização genérica para dispensa da autorização prévia da Assembleia Municipal para o ano de 2015, pelo resumo orçamental das grandes opções do plano, pelo orçamento inicial



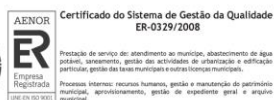


câmara municipal MIRANDA DO CORVO

para 2015, pelo resumo da despesa por classificação económica, por outros documentos, nomeadamente, medidas para orientar a execução orçamental, pelo mapa de pessoal, por uma informação relativa ao quadro plurianual, art.º 44º da Lei 73/2013 e por outros anexos, nos termos do art.º 46º da Lei 73/2013 de 03 de setembro.-----

O Senhor Presidente informou que iria apresentar em linhas gerais os diversos documentos para depois se poder passar à discussão dos mesmos. Referiu que iria apresentar uma síntese do orçamento municipal, um breve relatório que foi preparado.-----

Começou por referir que os documentos foram elaborados nos termos legais. Reforçou que a gestão municipal continua fortemente condicionada pela situação económica, social e política que Portugal atravessa, pelo que o desenvolvimento dos documentos não foi alheio a esta realidade. Mais referiu que o exercício orçamental em análise vai continuar a ser caracterizado por múltiplos desafios em todo o setor público, e particularmente nas autarquias. Analisando a proposta para 2015, referiu verificar-se uma diminuição global de 20% do seu valor em relação ao apresentado no ano anterior. Ressaltou que há um corte de 20% no orçamento, que em números redondos passou de 14 milhões para 11,2 milhões de euros. Informou que o que está a passar-se em Miranda do Corvo, ocorre também na generalidade dos Municípios, e isto porque o orçamento de estado de 2014 previa claramente que os Municípios não podem na elaboração dos documentos previsionais para 2015, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montantes superiores à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração. Informou que era uma prática corrente, não só da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, mas de muitas outras, inflacionar fortemente as receitas com a venda de património para que assim pudessem inscrever a despesa de que necessitavam para realizar, nomeadamente, investimentos. Referiu que esta prática, que tem aspetos positivos e negativos, deixou de poder ser utilizada e por esta razão já no orçamento de 2014, havia sido feito um corte significativo no valor global do orçamento para 14 milhões de euros fazendo-se este ano um segundo corte, que é um segundo momento de ajustamento. Referiu tratar-se de um ajustamento difícil o que está a ser colocado em prática. Mais informou que esta imposição obrigou os Municípios a convergir num curto espaço de tempo para orçamentos realistas, com execuções orçamentais mais elevadas, mas com sérias dificuldades na concretização de investimentos necessários à melhoria da qualidade de vida das populações. Referiu que no orçamento para 2014 se tinha optado por uma redução a dois tempos e menos gravosa, pelo que já no ano passado se tinha feito um corte de 14,1% e que





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

permitiu que o ajustamento este ano fosse menos violento do que seria se o ajustamento fosse feito só num ano. Mais referiu que o ano de 2015 será ainda, à semelhança do ano 2014, um ano de transição entre quadros comunitários de apoio, pelo que as receitas de capital, manter-se-ão ainda reduzidas, o que acaba por limitar o orçamento, como pode ser verificado. Referiu também que o orçamento cumpre o previsto na nova lei das finanças locais, Lei 73/2013, que obriga a que a receita corrente seja no mínimo igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Ressalvou que, tal como foi já dito, há um empenho sério na redução da despesa corrente, e que por essa razão existe uma previsão de despesa corrente que sofre um corte de 6,6%, sinal de um esforço notável de contenção e redução de custos. Mais informou que os documentos previsionais de 2015 apresentados são os mais adequados para enfrentar o grande desafio que o Município tem pela frente num contexto extremamente exigente. -----

Declarou que a missão do Município será encarada com elevado sentido de responsabilidade e realizada com rigor, transparência e sensibilidade social. Acrescentou ainda que o montante de previsão de investimentos representa cerca de 28,1% do total da despesa do orçamento tratando-se este o valor possível, atendendo aos constrangimentos acima mencionados, acrescentando que a previsível incorporação do saldo de gerência a transitar do exercício de 2014 irá certamente permitir reforçar de forma considerável a verba relativa a investimento. -----

Salientou, relativamente às GOP, a relevância assumida pelas funções sociais, as quais correspondem a 68% das Grandes Opções do Plano, recordando que nestas funções estão incluídos os investimentos relativos a abastecimento de água, saneamento e resíduos. -----

O Senhor Presidente, em síntese, reafirmou aquilo que está escrito na proposta de que os documentos previsionais apresentados, refletem o rigor e a ambição do executivo, apesar de fortemente condicionados pelo contexto social e económico, pelas alterações impostas pelo governo nas regras de gestão autárquica e pela indefinição que ainda existe sobre o novo quadro comunitário. -----

O Senhor Presidente referiu estar disponível para responder às questões que os senhores vereadores quisessem colocar, sendo que para questões mais técnicas teria que chamar a Dr.ª Paula Pequito. Referiu também que o executivo estava aberto a sugestões que os senhores vereadores pudessem apresentar. -----

O Senhor Vereador Nuno Rosa interveio para referir que houve alguns pontos do orçamento que lhe tinham chamado a atenção, nomeadamente, a situação do saneamento



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

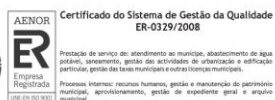
nos Moinhos, em que está definido um financiamento de cerca de 10 mil euros para 2015 e posteriormente para 2016. Referiu que a obra do saneamento dos Moinhos é uma obra que já deveria existir há muitos anos devido à dimensão da localidade e o número de habitantes. Referiu que se tratou de um processo que teve início com o anterior executivo, mas havia alguns problemas que tinham que ver com a circular e porque tinha que se fazer a intervenção do saneamento dentro da localidade conseguiu-se que a circular fosse feita, enquadrada nas obras do Metro Mondego e posteriormente a ETAR foi colocada a concurso, foi entregue a uma empresa, mas por falta de financiamento ficou parada. Referiu que, entretanto, no primeiro semestre deste ano se deu início à obra da ETAR que decorre a bom ritmo. Referiu pensar que se não ficar concluída ainda este ano, ficará durante o primeiro semestre do ano de 2015. -----

Apelou ao Senhor Presidente que considerasse esta obra prioritária, pela dimensão da localidade e número de habitantes, já para 2015, e não esperasse pelo ano de 2016 para fazer intervenções nos Moinhos. -----

Referiu também a questão do cemitério, que foi uma obra lançada a concurso, em que houve uma empresa interessada, mas que não está prevista ser efetuada em 2015. Ressalvou que acha a obra do saneamento mais importante, e por isso continua a apelar para que a obra avance em 2015, por achar ser muito importante para a localidade, até porque disse não ter a menor dúvida de que o saneamento dos Moinhos vai ser uma bandeira da parte do Senhor Presidente. -----

A Vereadora Rita Santos interveio para referir que tendo em conta que se trata de um exercício bastante complexo, não obstante o Senhor Presidente ter feito cumprir o prazo mínimo de disponibilidade dos documentos, obviamente que 48 horas é pouco para uma análise tão técnica e por isso pediu desde logo desculpas por alguma imprecisão que pudesse ter em termos de discurso sobre este assunto. -----

Referiu alguns assuntos importantes que já foram abordados, o saneamento e o cemitério dos Moinhos. Mas referiu também a questão da zona industrial de Miranda do Corvo, que é abordada no documento como Requalificação e Ampliação da Zona Industrial de Miranda do Corvo e tem definido um financiamento de 35 mil euros, sendo que depois também define mais 5 mil euros para a aquisição de terrenos. Pediu ao Senhor Presidente que explicasse ao que se destina esta verba, visto ser uma verba diminuta para um tipo de intervenção como a zona industrial de Miranda do Corvo merecia. -----





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Referiu a mesma questão para o Parque Empresarial de Lamas, o Senhor Presidente prevê também um financiamento de 5 mil euros, ao que parece, para a aquisição de terrenos. Continuou questionando relativamente às instalações desportivas, onde vem definido um valor de 195 mil euros para projeto de execução de obra, que não percebemos. -----

O Senhor Presidente interveio para esclarecer as dúvidas colocadas pelos Senhores Vereadores. Respondeu ao Senhor Vereador Nuno Rosa que não é só o caso do saneamento dos Moinhos, existem outras situações que se enquadram naquilo antes referido, e que tem a ver com o saldo de gerência. Informou que a dotação global do orçamento é muito curta, condicionada por razões de ordem legal sendo que a única possibilidade que existirá depois para reforçar o orçamento será aquando do apuramento do saldo de gerência, à semelhança do que tem vindo a acontecer, uns anos mais, outros anos menos. Declarou que só nessa altura poderá o executivo reforçar aqueles investimentos que são mais prioritários, reconhecendo que efetivamente o saneamento dos Moinhos é prioritário, assim como no Senhor da Serra que, como se pode verificar, tem dotação total porque estando uns ajustes para realizar, os mesmos não condicionam a continuidade do concurso, da fase de consignação e do arranque das obras, que gostaria que fossem ainda em novembro. Referiu que no caso dos Moinhos, demonstrando a preocupação do executivo, esteve no terreno, porque o projeto existente tem algumas coisas que têm que ser ajustadas, nomeadamente as Lapinhas que não está previsto existindo também uma elevatória que terá que ser encontrada uma solução para a retirar. Referiu que se trata de questões mais técnicas para as quais terá que ser encontrada solução quer em termos de funcionamento, quer em termos financeiros, não podendo também esquecer o Bubau e o Pinheiro, pelo que tem que ser encontrada uma solução de reformulação do projeto, aproveitando o que já está feito mas procurando uma solução abrangente para os Moinhos, Bubau e Pinheiro, sendo que, o executivo espera lançar a obra no próximo ano, para que assim que a ETAR esteja concluída, o saneamento nos Moinhos seja uma realidade. Informou que pelo facto de não estar a dotação toda não quer dizer que não venha a ser reforçada, como se vê na coluna ao lado estão inscritos 165 mil euros e no ano seguinte está inscrito o que falta para concluir a obra, sendo só saneamento, mas também a reabilitação da rede de abastecimento de água e também pavimentações a realizar. -----

Mais informou que também em Lamas, na zona de Casais de São Clemente e Urzelhe, é uma prioridade, e para ai infelizmente não há ETAR prevista, no âmbito do contrato de



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

concessão com as Águas do Mondego e terá que ser a Câmara a realizar e investir. Voltando ao Senhor da Serra, informou que aí há dotação total para avançar já. -----

O Senhor Presidente declarou que entre o saneamento e o cemitério pensa ser mais prioritário tratar dos vivos, ou seja, ter o problema do saneamento resolvido, sem esquecer o cemitério, mas os cerca de 60 mil euros previstos fazem falta para a obra do saneamento e será difícil para o ano concretizar esses dois investimentos. -----

Respondendo à outra questão colocada relativamente às zonas industriais, referiu que há uma grande diferença entre a zona industrial de Miranda do Corvo e a zona industrial de Lamas: a de Lamas ainda não existe, está no PDM uma área definida, é necessário fazer estudos, está em fase de adjudicação o levantamento topográfico e a parte cadastral, e só depois disso se poderá começar a adquirir os terrenos. Mais informou que para a aquisição de terrenos em Lamas já está inscrita uma verba em 2015, na zona industrial de Miranda não, há terrenos da Câmara, lotes e uma necessidade de expansão muito pequena e que envolve a aquisição de poucos terrenos. Mas se for necessário adquirir terrenos é uma questão de reforçar a rubrica conforme a necessidade. Há uma grande diferença entre os dois e que de algum modo justifica o facto de a verba estar inscrita. Referiu que no que respeita à dotação para investimento estão previstos para já 35 mil euros, mas depois na altura do saldo de gerência podemos reforçar para poder concretizar empreitadas de requalificação dos arruamentos. -----

Em relação à questão colocada sobre os 195 mil euros, referiu que está relacionado com o sintético no Campo Sá Carneiro, em que o processo de candidatura apresentado à CCDRC e ao MaisCentro está em fase de aprovação, estando muito confiante que venha a ser aprovado. Mais referiu que a obra está em fase de consignação, e tem que ter a dotação total porque a sua execução física, mesmo consignando em novembro ou dezembro, vai certamente passar para 2015. Mais referiu que se já existir alguma coisa executada este ano, melhor ainda, depois será corrigida a dotação para o ano seguinte. -----

Informou também que em relação aos Moinhos é uma necessidade estender a parte da ligação em termos de abastecimento de água, havendo duas soluções, estando o executivo mais inclinado para a levar a partir do alto de Miranda para lá, contudo, entre os dois grandes investimentos que são necessários para os Moinhos e num cenário de ter que redistribuir os investimentos pelo concelho, numa primeira fase optaremos pelo saneamento e logo a seguir a parte da ligação às Águas do Mondego. Mais informou que ao nível do abastecimento de águas, e ao contrário do que se possa pensar, estão diagnosticados avultados investimentos na



AENOR
Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras actividades municipais.
Empresário
Registado
Município de Miranda do Corvo





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

área das águas, porque além desta ligação para os Moinhos, há ligações para fazer na freguesia de Lamas, Pousafoles, na freguesia de Vila Nova, na serra, há reservatórios para construir porque há problemas de pressão, muitos reservatórios no concelho para reabilitar ou para ampliar ou construir novos. Mais declarou que o grande investimento é no setor sul de Miranda do Corvo, que tem a ver com a necessidade de levar água para o Espinho, para Tábuas, para todas as aldeias que ficam no sopé da Serra e mesmo para Cadaixo, toda a zona para lá da variante não está abastecida pelas Águas do Mondego e há a necessidade de construir um grande reservatório, adutoras, condutas, reservatórios intermédios, reformular outros, está a ser estudado e estava previsto um grande investimento nesta área para poder levar água de qualidade a todos, porque se todos a pagam ao mesmo preço, todos têm direito a ter água de qualidade. -----

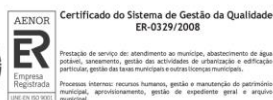
O Vereador Nuno Rosa referiu que, ouvindo as palavras do Senhor Presidente, entendeu que embora não esteja no plano, existe uma intenção, um compromisso para em 2015 dar início ao saneamento dos Moinhos e, paralelamente, tratar também do projeto para o Bubau e Pinheiro, e sobre a estação elevatória que é logo à entrada dos Moinhos, e a situação das Lapinhas. Referiu também que o Senhor Presidente falou de um investimento de 195 mil euros, que está à espera de financiamento comunitário e questionou qual a percentagem do financiamento. -----

O Senhor Presidente respondeu que o financiamento será de 85%, que o campo é municipal e é algo que poderia já ter sido feito. -----

O Vereador Nuno Rosa esclareceu que se estava a referir a isto devido ao facto de início o executivo ter mostrado uma grande preocupação pelas instituições, coletividades e as fabriqueiras, mas existem coletividades no concelho que têm sido desvalorizadas e que são das maiores do concelho. Mais referiu que lhe custa, por muito respeito que tenha por certas modalidades desportivas, que essas instituições ou coletividades, não sejam também contempladas, valorizadas e financiadas pelo número de atletas e secções que têm. Mas concordou que se devem aproveitar todos os financiamentos que vêm dos fundos comunitários, sendo isso uma boa gestão. -----

O Senhor Presidente referiu concordar em absoluto e por isso tinha sido há pouco aprovado o reforço do apoio às coletividades desportivas e culturais, com o voto contra da bancada do Senhor Vereador. -----

O Senhor Vereador Nuno Rosa respondeu que poderia dizer mais algumas coisas ao Senhor Presidente, porque essa percentagem de diferença desses 195 mil euros tem que ter





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

em conta o número de atletas que vai utilizar esse campo, como outros investimentos que foram efetuados no nosso concelho para certas modalidades desportivas e depois vê-se o número de atletas que tem no concelho a praticar. -----

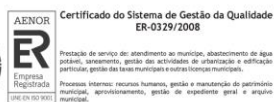
O Senhor Presidente respondeu à Senhora Vereadora Rita Santos sobre os terrenos, explicando que os terrenos têm uma dotação que é inferior, no caso de Miranda porque o Município já tem lá diversos terrenos, as necessidades de aquisição são reduzidas, porque não há grande necessidade de uma ampliação, sendo importante requalificar o que temos, os lotes que estão disponíveis para ficarem em condições de serem vendidos. Referiu que em Lamas não é assim, não existindo nenhum terreno e por isso tem para os anos seguintes alguma verba reservada, não esquecendo que para lotes para zonas industriais o valor que se paga ao metro quadrado não é o mesmo que pagamos aqui na vila para investimentos de outra índole, de outros equipamentos municipais. -----

A Vereadora Rita Santos questionou sobre se os 35 mil euros para a zona industrial serão para requalificação. -----

O Senhor Presidente reforçou que tem uma dotação definida de 100 mil euros a aguardar pelo saldo de gerência e referiu que há muitos investimentos que vão aguardar pela incorporação do saldo de gerência e também porque as empreitadas têm que ser lançadas, alguns projetos reformulados, e até à incorporação em abril do saldo de gerência vai permitir lançar novas empreitadas, ou seja, aqueles investimentos que têm a dotação total são para avançar já, aqueles que não têm a dotação total terão que aguardar o saldo de gerência, porque o executivo está limitado em termos de orçamento, não podendo fazer aquilo que se fazia antigamente, referindo ainda a questão dos fundos disponíveis. -----

O Senhor Presidente reforçou, em relação ao sintético, que é um investimento importante numa infraestrutura desportiva que é da Câmara Municipal e que pode e deve ser rentabilizada só com apoios comunitários, caso contrário a obra não será feita estando isso referido no processo de concurso. Já no que toca ao Grupo Desportivo dos Moinhos referiu que se está a custear praticamente o investimento total, quando com um processo de comodato, que certamente podia ter sido feito no passado, a obra podia estar feita e já estar paga, e a Câmara não ter um encargo agora durante 10 anos e também o próprio Grupo Desportivo dos Moinhos tem algum encargo resultante do investimento. -----

De seguida o Senhor Presidente pronunciou-se sobre o mapa de pessoal da autarquia referindo que em resultado daquilo que está na proposta de Lei do Orçamento de Estado, Miranda, infelizmente, faz parte da esmagadora maioria das câmaras do país que está





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

impossibilitada de contratar pessoal no próximo ano, não estando numa boa situação financeira. Explicou que a Câmara tem despesas com pessoal que excedem, sempre excederam nesta Câmara nos últimos anos, mais de 35% da receita corrente, pelo que a autarquia faz parte desse lote de Municípios que estão impossibilitados de contratar pessoal, o que nos limita fortemente nalguns setores que deviam ser reforçados e o mapa de pessoal vai de encontro a essa imposição da proposta de lei do orçamento de estado que está em discussão na Assembleia da República, mas que tudo indica irá ser aprovada porque é subscrita e apoiada pela bancada da maioria e terá aprovação garantida. Referiu que contudo a situação irá ser reavaliada ao longo do próximo ano, porque ainda há uma hipótese e que tem a ver com a execução e com regras bastante complexas em termos financeiros de despesas, da evolução de despesas com pessoal e que dependem de muitos fatores, não deixando de salientar, que nessa análise não são contabilizadas as despesas com lugares do executivo, do gabinete de apoio ou de nomeação política. Referiu que não seria poupando noutro lado, como costumam dizer, que teríamos flexibilidade para contratar. -----

A Câmara aprovou por maioria com 3 abstenções dos Vereadores do PSD-CDS/PP - Miranda Não Pode Parar e com 4 votos a favor dos Vereadores do PS e do Presidente da Câmara os documentos previsionais que contemplam a proposta de orçamento municipal para 2015 e as grandes opções do plano, bem como todos os elementos e documentos anexos, nomeadamente a autorização genérica para a assunção de compromissos plurianuais de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA e do art.º 12.º do D.L. 127/2012 de 21 de junho. -----

A Vereadora Rita Santos interveio para fazer a seguinte declaração de voto: -----

“ORÇAMENTO - GRANDES OPÇÕES DO PLANO - MAPA DE PESSOAL PARA 2015 -----

Fazemos notar, em primeiro lugar, as dificuldades sentidas na análise dos documentos aqui em discussão, tão exigentes do ponto de vista técnico, face ao tempo tão curto em que os mesmos nos foram disponibilizados, não obstante, claro está o cumprimento rigoroso do prazo mínimo de antecedência na sua disponibilização, de 48 horas. -----

Muito embora o cumprimento da lei, cremos que o Senhor Presidente deveria ter zelado pela sua disponibilização em prazo mais alargado, pelo que solicitamos, novamente, que, num futuro próximo tal situação seja corrigida. -----

A agravar tal situação está o facto de, contrariamente ao que era usual, dos documentos entregues não conste o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e um documento



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação pública, gestão das áreas municipais e outras funções municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

elaborado pelo executivo que apresente, de forma clara, as principais linhas estratégicas do executivo para o próximo ano de 2015. -----

O PPI, para além de conter uma desagregação dos vários investimentos, contém também uma programação dos mesmos, num horizonte temporal de quatro anos, o que seria importante para ajudar a visualizar as linhas orientadoras e estratégicas do atual executivo, nomeadamente para melhor se poder aferir se está a ser cumprido o programa eleitoral das últimas eleições autárquicas. -----

O Senhor Presidente ou os pareceres técnicos que exhibe ata podem dizer que estes documentos não são obrigatórios, contudo entendemos que, mesmo que tal aconteça, eles são cruciais para uma boa análise e contribuem para a transparência tão desejada. -----

O Senhor Presidente apresenta um orçamento pouco transparente e pouco claro, dificultando a análise dos Vereadores da oposição, o que não nos parece a melhor opção em nome de uma sã democracia. -----

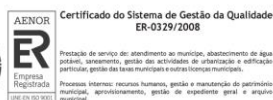
O orçamento total geral previsto pelo Senhor Presidente para o ano de 2015, no montante de 11.202.184,00€. Fazendo, contudo, uma análise da distribuição das despesas entre despesas correntes e despesas de capital, verificamos que o Senhor Presidente prevê gastar 7.382.625,00€ em despesas correntes e apenas prevê gastar 3.819.559,00€ em despesas de capital, isto é, em investimentos. -----

Quer isto significar que 66% das despesas previstas no orçamento são afetadas a gastos correntes. Parece-nos tratar-se de uma verba demasiado elevada, levando-nos a deduzir que o Senhor Presidente está mais interessado em gerir o dia-a-dia do que em definir um plano estratégico para Miranda e para os Mirandenses. -----

Numa análise superficial das Grandes Opções do Plano (GOP), verificamos que a grande maioria dos investimentos previstos são investimentos que já constavam inscritos no orçamento anterior elaborado por V. Exa. e muitos deles já com trabalho realizado pelo anterior executivo municipal. -----

Verificamos ainda que alguns dos projetos previstos, designadamente na componente de saneamento se apresentem com verbas muito reduzidas, entre eles se destacando, por exemplo, o saneamento nos Moinhos (2.ª fase) e a rede de saneamento de Vale do Açor e Vendas da Serra, que só têm uma verba definida de 10.000,00€. -----

Pegando no exemplo dos Moinhos, parece-nos de fato, uma situação incompreensível, dado que, como é do conhecimento de V. Exa., parte da população dos Moinhos tem saneamento e a ETAR está em construção, mas para que a ETAR funcione é preciso interligar,





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

através da Rua Nossa Senhora da Conceição o saneamento já executado, à nova ETAR em construção. -----

Significa isto que este projeto deveria ser prioritário com uma verba definida superior que evidenciasse que, de fato, a CMMC iria avançar com esta obra rapidamente. -----

Consideramos mesmo que, com esta ETAR em construção, o Senhor Presidente já devia ter aqui previsto a elaboração dos projetos para o Bubau e para o Pinheiro. -----

Estas situações constituem apenas alguns exemplos que nos parecem chocantes por várias razões, nomeadamente: a sua necessidade presente; as várias promessas eleitorais sobre estas matérias feitas pelo Senhor Presidente na Campanha Eleitoral - dizia V. Exa. naquela altura que enquanto não tivesse o saneamento feito não avançava para outras obras, e ainda, o facto de V Exa. ter recebido mais de 1.000.000.00€ relativo a obras de saneamento executadas e pagas pelo anterior executivo, pelo que, no mínimo, o que seria de lhe pedir, era que tivesse utilizado esse dinheiro para saneamento e remodelação das redes de águas. --

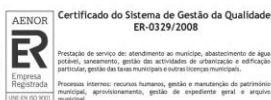
Verificamos também que o Senhor Presidente se prepara para protelar o processo da construção do cemitério dos Moinhos, dado que a verba definida é de apenas 7.300,00€. Recordamos que o projeto está feito, o terreno está comprado e o concurso também já está pronto. -----

Parece-nos igualmente que os montantes previstos para a rede de saneamento na Praça José Falcão estão demasiado baixos para uma obra de grande prioridade, cujo concurso já foi lançado pelo anterior executivo e que tem elevada probabilidade de obter participação comunitária. -----

Espero sinceramente que o Senhor Presidente não perca a oportunidade de requalificar a Praça José Falcão e que resolva o problema dos efluentes ao cimo da Praça, que tantas reclamações já têm motivado por parte dos munícipes. É exigível, portanto, que o Senhor Presidente resolva esta questão. -----

O único projeto que nos parece que o Senhor Presidente parece ter intenção de dar continuidade e que é um processo já iniciado pelo anterior executivo, é o saneamento do Senhor da Serra. -----

O Senhor Presidente afirmava, em campanha, que não faria nada sem que primeiro terminasse o saneamento, mas tem apenas um total de 668.214,00€ de financiamento definido para obras de saneamento - quando sabemos que o Senhor Presidente recebeu, só de obras de saneamento realizadas e pagas pelo anterior executivo, 1.000.000,00€ - e tem, por





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

exemplo, como financiamento previsto para desporto recreio e lazer, o montante de 449.500,00€.

Não somos contra o desporto, o recreio ou o lazer, mas, querer defender como grande prioridade o saneamento e depois apresentar este orçamento para saneamento não evidencia isso mesmo. Não é isso que os números mostram.

Mas mais, o Senhor Presidente, durante a campanha, criticou de forma efusiva o estado de degradação da Zona Industrial de Miranda do Corvo, contudo, tem apenas definidos 35.000,00€ para requalificação e ampliação da zona Industrial de Miranda e 5.000,00€ para o projeto.

É com estes valores que pretende verdadeiramente requalificar a Nossa Zona Industrial?

E o Parque Empresarial de Lamas? O Senhor Presidente prevê apenas investimento definido no montante de 5.000,00€ para aquisição de terrenos, ou seja, em 2014 não fez nada e em 2015 prevê gastar 5.000,00€ em terrenos. É isto Senhor Presidente?

Olhando, aliás para este Plano, verificamos que os investimentos novos são praticamente inexistentes. Propõe-se fazer um Lavadouro na Feira da Sardinha, comprar a Casa na Pereira e fazer uma Feira do Turismo e da Caça.

De fato, tudo isto é muito pouco. Falamos do Orçamento e das Grandes opções do Plano de uma Câmara Municipal. Verificamos ainda um grande afastamento no cumprimento do programa eleitoral de V. Exa. As suas grandes prioridades estão esquecidas, e aliado a isto, uma percentagem de gastos correntes face ao total do orçamento de quase 70%.

Não queremos, contudo, que o Senhor Presidente diga que não faz porque a oposição lhe cria obstáculos, porque, para nós é evidente que este orçamento não nos satisfaz, nem satisfará os Mirandenses. Este orçamento representa muito pouco, mas mesmo esse muito pouco face às reais necessidades do concelho e nós queremos que o Senhor o concretize.

Esperamos que em 2015 faça, mesmo assim, mais do que fez em 2014 e que, pelo menos aproveite as obras já delineadas e o investimento comunitário e a boa situação financeira da Câmara Municipal para concretizar obra e resolver os problemas das pessoas.

Temos esperança que, ao longo do ano e fruto de algumas sugestões por nós apresentadas o Senhor Presidente escute mais do que tem aqui previsto em termos de obras e investimento e, em contrapartida, reduza as despesas correntes, por forma a atenuar a diferença entre estas e as despesas de capital.



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008
Prestação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das atividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e outras atividades municipais.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

Os Vereadores da Coligação PPD-PSD/CDS-PP "Miranda Não Pode Parar", Rita Santos, Célia Mateus, Nuno Rosa (a).”-----

O Senhor Presidente referiu que nos termos da Lei, deverá ficar na deliberação deste ponto que sejam remetidos ainda hoje para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal os documentos previsionais acabados de aprovar. -----

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi esta reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade em minuta, para efeitos imediatos. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(António Miguel Costa Baptista)

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

(Marilene Regina Pereira de Carvalho Rodrigues)



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Pretação de serviços de atendimento ao município, abastecimento de água potável, saneamento, gestão das actividades de urbanização e edificação particular, gestão das áreas municipais e manutenção municipal.
Processos internos: recursos humanos, gestão e manutenção do património municipal, aprovisionamento, gestão do expediente geral e arquivo municipal.

